

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada no dia nove (9) de novembro de mil novecentos e setenta e dois (1972) para proceder às eleições do Conselho Seccional, para o biênio de 01-02-73 a 31-01-75.

Nos nove (9) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), às 9.30 (nove horas e trinta minutos), no salão do Tribunal do Juri, sito no primeiro (1º) andar do Edifício do Palácio da Justiça, nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, teve início a Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, para o fim de processar a eleição de dezoito (18) membros do Conselho Seccional, para o período de 01-02-1973 a 31-01-1975, tudo de acordo com o edital publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no Diário de Pernambuco e no jornal do Commercio do dia primeiro (1º) do corrente mês, além de amplo noticiário divulgado pela imprensa diária desta capital. Funcionaram quatro (4) mesas receptoras de votos, sendo a primeira presidida pelo advogado Aluísio Pereira Braga e integrada pelos advoga-

dos Fernando Barros e Conceição Maria Ge-
reira da Costa Maia; a segunda presidida
pelo advogado Mauro Grinberg e integrada
pelos advogados Edna da Costa Maia Sarias
e Maria da Cunha Silva; a terceira presidida
pelo advogado Luiz Romero Gattiny Accioly
e integrada pelos advogados Felckiadres Gui-
lhermino da Silva e Olívia Collaco e
a quarta presidida pelo advogado Sílton
Waulderley de Siqueira e integrada pelos advo-
gados Ruth Carvalho e Cluzia da Rocha
Salas. Os trabalhos foram acompanhados
pelo Presidente Joaquim Correia de Carvalho
Júnior, pelos Conselheiros Isaac Gereira
da Silva, Manoel Ovídio Dias, Jair Andra-
de dos Santos, Carlos Martins Moreira, Silvio
Ribeiro de Gaiça, Urbano Vitalino Filho, Fer-
nando de Vasconcelos Coelho e pelos Doutores
Ulirajara de Azevedo Chaves, Sérgio Higinio
Filho, Maurício Godoy, Carlos Alves Forti-
ro de Araújo, Severino Oliveira, Marcos
Quânicio da Silva Chaves e inúmeros outros
advogados. Iniciados os trabalhos, na presen-
ça dos referidos Conselheiros e advogados,
o Senhor Presidente do Conselho, mandou
que fossem exibidas e examinadas as ur-
nas destinadas a receber sufrágios. Isto
feito, procedeu-se à aposição das faixas
e sinetes que garantem a inviolabilidade
das urnas. Tiveram início os trabalhos de
votação às 9.30 (nove horas e trinta mi-
nutos) prosseguindo até às 15.30 (quinze
horas e trinta minutos). A esta hora,

encontrando-se no recinto, ainda, vários advogados que não haviam votado, foram admitidos a fazê-lo, encerrando-se os trabalhos às 16.30 (dezesseis horas e trinta minutos). Logo em seguida, o Senhor Presidente do Conselho, Doutor Joaquim Correia de Carvalho Júnior determinou que a primeira urna fosse apurada por Comissão constituída pelo próprio Presidente e pelos advogados Sérgio Murilo Santa Cruz Silva, Carlos Galiza e Justino José Vaz de Oliveira Filho; que a segunda urna fosse apurada por uma Comissão composta pelos Conselheiros Isaac Pereira da Silva, Fernando de Vasconcelos Coelho, Hélio Mariano e João Bosco Senório; e que as duas últimas urnas fossem apuradas por uma Comissão composta pelos Conselheiros Manoel Euclides Dias, Geraldo dos Anjos Netto de Mendonça, Aurélio Agostinho da Boavista, Jader Heráclio do Rêgo e Dorany Sampaio. Votaram na primeira urna, quatrocentos e setenta e nove (479) advogados; na segunda 475 (quatrocentos e setenta e cinco) advogados; na terceira 319 (trezentos e dezanove) e na quarta 321 (trezentos e vinte e um), totalizando 1594 (mil quinhentos e noventa e quatro) advogados. Verificada a integridade das urnas, foram as mesmas abertas, iniciando-se a contagem das sobrecartas cujo número coincidiu com o dos votantes, havendo logo em seguida, os escrutinadores passando à apuração dos votos. Às 19.00 (dezenove) horas, quando se processavam

os trabalhos de apuração dos votos das quatro urnas da Capital, o Presidente do Conselho recebeu os mapas de apuração das urnas localizadas na Sub-seção de Carnaúba e na cidade de Garanhuns onde votaram respectivamente setenta e tres (73) e trinta (30) advogados. O Senhor Presidente determinou, na forma do artigo 45 (quarenta e cinco) parágrafo terceiro (3º), do Estatuto da Ordem que fossem computados no resultado geral do pleito os resultados apurados em Carnaúba e Garanhuns. Computados os votos das quatro urnas da Capital e das urnas localizadas em Carnaúba e Garanhuns, o resultado geral do pleito foi o seguinte: Rodolfo Albuquerque de Araújo 1.149 (mil cento e quarenta e nove) votos; Urbano Vitalino de Melo Filho 1.132 (mil cento e trinta e dois); Egidio Ferreira Lima 1.126 (mil cento e vinte e seis); Fernando de Vasconcelos Coelho 1.125 (mil cento e vinte e cinco); Overardo da Cunha Lima 1.114 (mil cento e quatorze); Jader Heráclio do Rêgo 1.092 (mil e noventa e dois); José Guedes Correia Gondim Filho 1.090 (mil e noventa); João Guilherme Lima 1.080 (mil e oitenta); Sílvestre Ribeiro de Faria 1.075 (mil e setenta e cinco); Francisco Britualdo Bezerra Cavalcanti 1.066 (mil e sessenta e seis); Aurélio Agostinho da Boavista 1.064 (mil e sessenta e quatro); Helio Mariano da Silva 1.057 (mil e cinquenta e sete); Cassilau Senório 1.056 (mil e cinquenta e seis); Rivaldo



Bordeiro Gersa 1.018 (mil e dezoito); Luiz
 Carlos Sever 1.011 (mil e onze); Pedro Rouna-
 lho Ruiz 985 (novecentos e oitenta e cinco);
 Darley Wima Ferreira 971 (novecentos e se-
 tenta e um); Air Quadrade dos Santos
 877 (oitocentos e setenta e sete); Margarida
 de Oliveira 806 (oitocentos e seis); José Maria
 Belo Cavalcanti 649 (seiscentos e quarenta
 e nove); Doramy Sampaio 644 (seiscentos e
 quarenta e quatro); Luiz Ginto Ferreira
 642 (seiscentos e quarenta e dois); Ronaldo
 Souto Maior 636 (seiscentos e trinta e seis);
 Sérgio Flurilo Santa Cruz Silva 631 (seiscen-
 tos e trinta e um); Carlos Galiza 592 (qui-
 nhentos e noventa e dois); Marivalva Reis
 582 (quinhentos e oitenta e dois); Elias
 Wapenda 579 (quinhentos e setenta e nove);
 Antônio Gomes Oliveira 573 (quinhentos e setenta
 e três); Glênio Araújo 566 (quinhentos e
 sessenta e seis); Jackson Fátima 566 (qui-
 nhentos e sessenta e seis); Otávio Correia
 de Araújo 559 (quinhentos e cinquenta e
 nove); Manoel Lelo 558 (quinhentos
 e cinquenta e oito); Adalio Alves 555
 (quinhentos e cinquenta e cinco); Soriano
 Neto 547 (quinhentos e quarenta e sete);
 Hilton Rocha 481 (quatrocentos e oitenta
 e um); Arsênio Gomes 468 (quatrocentos
 e sessenta e oito). Votos anulados 111 (cen-
 to e onze); Votos nulos 360 (trezentos e
 sessenta); Votos em branco 353 (trezentos
 e cinquenta e três). Total de votos 30.546
 (trinta mil quinhentos e quarenta e seis).

Os trabalhos de votação e apuração decorreram sem incidentes e impugnações. O Senhor Presidente, determinou que fosse publicado no Diário Oficial do Estado, o mapa geral da apuração contendo o resultado do pleito, em todas as urnas. Como nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata que será assinada pelo Senhor Presidente do Conselho e advogados presentes que o quieram fazer.

~~Ata~~
Cair Audrade dos Santos

~~Luiz Carlos~~
Seifert
~~apost. Montenegro~~
Marcos Aurélio Silva Chores
Maurício Pedro
Muniz